

Contabilidade do crescimento para o período do Desenvolvimentismo Brasileiro a partir do “supermultiplicador sraffiano”

Vinicius Carneiro

Resumo: O presente trabalho pretende contribuir para as leituras da história econômica sobre o período do Desenvolvimentismo brasileiro (1951-1980) a partir de uma proposta específica: submeter a análise desse longo período histórico à apenas um referencial teórico. Pretende-se, assim, desenvolver uma interpretação da economia brasileira a partir de um entendimento de um modelo de crescimento de longo prazo específico, o chamado “supermultiplicador sraffiano”. Para realizar a integração entre o modelo e os fatos empíricos, utilizaremos uma adaptação da metodologia da “Contabilidade do Crescimento”, apresentado por Freitas e Dweck (2013). A partir desse é possível avaliar a contribuição de cada componente específico da demanda para o crescimento econômico. Com isso, o objetivo geral do trabalho é empregar e avaliar os resultados do modelo da contabilidade do crescimento baseado no supermultiplicador sraffiano para o período de desenvolvimentismo no Brasil, que compreende os anos entre 1951 e 1980. Diante desse objetivo, o trabalho será dividido em quatro seções. A primeira seção terá como objetivo apresentar de forma sintética o arcabouço teórico ao longo do trabalho. Já a segunda seção segue com o objetivo de realizar uma apresentação descritiva sobre o período de análise. Na terceira e na quarta seção nos concentraremos em analisar o período de desenvolvimentismo a partir do modelo. Na terceira seção apresentaremos os fatos do período do Desenvolvimentismo com Democracia (1951-1964) e, por fim, na quarta seção apresentaremos os acontecimentos do Desenvolvimentismo sem Democracia (1964-1980).

Palavras-chave: Desenvolvimentismo; crescimento econômico; supermultiplicador sraffiano.

Abstract: The present work intends to contribute to the reading of economic history on the period of Brazilian Developmentalism (1951-1980) based on a specific proposal: to submit the analysis of this long historical period to just one theoretical framework. Thus, the aim is to develop an interpretation of the Brazilian economy based on an understanding of a specific long-term growth model, the so-called “Sraffian supermultiplier”. To carry out the integration between the model and the empirical facts, we will use an adaptation of the “Growth Accounting” methodology, presented by Freitas and Dweck (2013). From this it is possible to assess the contribution of each specific demand component to economic growth. With this, the general objective of the work is to use and evaluate the results of the growth accounting model based on the Sraffian supermultiplier for the period of developmentalism in Brazil, which comprises the years between 1951 and 1980. In view of this objective, the work will be divided into , in addition to this introduction and final considerations, four sections. The first section will aim to present in a synthetic way the theoretical framework throughout the work. The second section continues with the objective of making a descriptive presentation about the period of analysis of the work. In the third and fourth sections we will focus on analyzing the period of developmentalism from the model. In the third section we will present the facts of the period of Developmentalism with Democracy (1951-1964) and, finally, in the fourth section we will present the events of Developmentalism without Democracy (1964-1980).

Keywords: Developmentalism; economic growth; sraffian supermultiplier.

Introdução

A economia brasileira foi, ao longo dos anos, um terreno fértil para aplicação de diversas teorias e abordagens econômicas que estavam sendo desenvolvidas. Dentre os diferentes períodos e processos econômicos que ocorreram, destacamos neste presente trabalho o período entre 1951 e 1980, que teve como traço principal o avanço da industrialização e da ideologia desenvolvimentista no país. Ao qual caracterizaremos como período do “Desenvolvimentismo Brasileiro”.

Em uma perspectiva heterodoxa houve diversos trabalhos que se tornaram muito difundidos nos meios acadêmicos sobre o período, especialmente em centros mais diretamente ligados a tradição heterodoxa. Dentre estes, podemos destacar trabalhos como Tavares (1972), Tavares e Serra (1972), Castro e Souza (1985), entre tantos outros. Porém, normalmente, estas obras não tratam do período como um todo, se dedicando em realizar análises mais pontuais sobre determinados períodos e/ou temas. Recentemente, Araújo e Mattos (2021) organizaram um livro em que trazem a junção de diferentes análises heterodoxas sobre o período e que já passa a se incluir em diferentes referências bibliográficas sobre o tema.

O presente trabalho pretende contribuir para essas leituras a partir de uma proposta específica: submeter a análise de um longo período histórico em apenas um referencial teórico. Pretende-se, assim, desenvolver uma interpretação da economia brasileira a partir de um entendimento de um modelo de crescimento de longo prazo específico, o chamado “supermultiplicador sraffiano”.

Para realizar a integração entre o modelo e os fatos empíricos, utilizaremos uma adaptação da metodologia da “Contabilidade do Crescimento”, apresentado por Freitas e Dweck (2013). A partir desse é possível avaliar a contribuição de cada componente específico da demanda para o crescimento econômico. Com isso, o objetivo geral do trabalho é empregar e avaliar os resultados do modelo da contabilidade do crescimento baseado no supermultiplicador sraffiano para o período de desenvolvimentismo no Brasil, que compreende os anos entre 1951 e 1980.

Antes de iniciar o trabalho é importante que seja destacado as limitações que estão presentes na tentativa do esforço de síntese empregado ao longo do trabalho. A metodologia da contabilidade do crescimento, utilizada ao longo do trabalho, é realizada mais de forma ilustrativa, uma vez que as contas nacionais não oferecem dados suficientes que permitam a separação do consumo autônomo e induzido, por exemplo.

Diante desse objetivo, o trabalho será dividido em, além desta introdução e das considerações finais, quatro seções. A primeira seção capítulo terá como objetivo apresentar de forma sintética o arcabouço teórico ao longo do trabalho. Já a segunda seção segue com o objetivo de realizar uma apresentação descritiva sobre o período de análise do trabalho.

Na terceira e na quarta seção nos concentraremos em analisar o período de desenvolvimentismo a partir do modelo. Na terceira seção apresentaremos os fatos do período do Desenvolvimentismo com Democracia (1951-1964) e, por fim, na quarta seção apresentaremos os acontecimentos do Desenvolvimentismo sem Democracia (1964-1980).

1. O modelo de contabilidade do crescimento baseado no supermultiplicador sraffiano

O modelo que utilizaremos ao longo do trabalho se estrutura a partir do “supermultiplicador sraffiano”, desenvolvido pioneiramente nos trabalhos de Serrano (1995)¹. Esse modelo se insere nos modelos baseados no Princípio da Demanda Efetiva, que fora desenvolvida por Keynes (1985 [1936]) e Kalecki (1983 [1954]), mas ao mesmo tempo incorpora aspectos da “Abordagem Clássica do Excedente”.²

Apresentaremos o supermultiplicador já realizando algumas adaptações para a aplicação empírica, para isso, utilizaremos a metodologia da “Contabilidade do Crescimento” apresentada e aplicada por Freitas e Dweck (2013). A metodologia empregada no trabalho possui uma grande relevância para o nosso trabalho visto que já realiza adaptações para uma aplicação para a metodologia de dados apresentados pelo IBGE, principal fonte de dados primários no país.

O ponto de partida para o modelo, já realizando a separação dos gastos do governo em seus diferentes componentes, é a condição de equilíbrio entre oferta e demanda agregada em uma economia aberta e com governo, ou seja:

$$Y + M = C + Z_c + I + Z_l + Z_g + X \quad (1)$$

Em que: Y e M representam a oferta da economia formada pelo produto agregado e importações, respectivamente. Já os demais termos são referentes a demanda da economia: C é o consumo (induzido); Z_c o consumo autônomo; I o investimento privado (induzido); Z_l o investimento autônomo; Z_g os gastos do governo (autônomo); X as exportações (autônomo).³

Com base no supermultiplicador, temos que os gastos privados com consumo e investimento possuem uma parte autônoma e uma outra que é relacionada com a renda da economia a partir de um

¹ A utilização do termo “supermultiplicador” é explicada pois incorpora simultaneamente os efeitos multiplicadores (no consumo) e aceleradores (no investimento) dos gastos realizados. Já o termo “sraffiano” se deve ao fato de que no modelo a distribuição funcional da renda e as condições técnicas de produção são consideradas exógenas e, portanto, não são variáveis de ajuste, ou seja, há uma separabilidade entre acumulação e distribuição, assim como na teoria sraffiana (SERRANO, 1995). Além disso, um dos elementos centrais do modelo é fato de tratar o Investimento Privado como uma variável induzida pelo grau de utilização da capacidade, diferenciando-se assim de outros modelos que também se utilizam do PDE e consideram a variável como autônoma.

² Para ver mais sobre a junção do PDE com a Abordagem Clássica do Excedente, ver Serrano e Medeiros (2004) e Moreira e Serrano (2018), em que os autores apresentam tanto a possibilidade de junção dos princípios como a forma que esse foi sendo incorporado de maneira conjunta ao longo do tempo.

³ A utilização do termo autônomo se dá pelo fato de que tais variáveis não são necessariamente determinadas pela renda corrente, sendo, portanto, variáveis exógenas ao modelo. Já o termo induzido é utilizado pelo fato de que esses gastos possuem uma relação de determinação pela renda.

determinado coeficiente. Para simplificar a nossa exposição, consideraremos inicialmente que todo o consumo e investimento privado são induzidos pela renda:⁴

$$C = cY \text{ e } I = hY \text{ (2) e (3)}$$

Os parâmetros c e h representam, respectivamente, a propensão marginal a consumir e a propensão marginal a investir. Já as importações serão definidas a partir de um parâmetro que mede a participação dos bens de produção doméstica na oferta final da economia. Sendo μ a absorção doméstica, o termo $(1 - \mu)$ representa o coeficiente de vazamento da economia. Dessa forma, as importações são definidas como:

$$M = (1 - \mu)(C + Z_c + I + Z_i + Z_g + X) \text{ (4)}$$

Tendo definido essas partes e resolvendo a equação 1 para o produto da economia, chegamos à equação (5) abaixo que mostra como o produto da economia é definido dentro do modelo:

$$Y = \mu cY + \mu hY + \mu Z \text{ (5)}$$

Rearranjando a equação, chegaremos então ao modelo do “supermultiplicador sraffiano” como sendo definido por:

$$Y = \left(\frac{\mu}{(1 - \mu c - \mu h)} \right) Z \text{ (6)}$$

Desse modelo são estabelecidas duas condições a serem satisfeitas: i) a primeira é que a somatória dos termos μc e μh seja menor que a unidade, isso é o fato que garante que a economia seja liderada pela demanda; e ii) que exista gastos autônomos positivos nessa economia.

O termo dentro dos parênteses na equação 6 representa o “supermultiplicador sraffiano”, podemos observar que estão inseridos tanto os efeitos multiplicadores como os aceleradores através, respectivamente, dos parâmetros c e h . O primeiro diz respeito aos efeitos de propagação da renda sobre os demais gastos da economia e o segundo diz respeito ao efeito dos gastos sobre o investimento através dos impactos sobre o grau de utilização da capacidade. Se definirmos o supermultiplicador como sendo α , teremos então uma forma ainda mais simplificada:

$$Y = \alpha Z \text{ (7)}$$

A equação (6) pode ser ainda transformada em taxas, para se chegar à equação de crescimento abaixo:

$$y = g_{ss} + z \text{ (8)}$$

Em que: y representa a taxa de crescimento do produto, g_{ss} a taxa de crescimento do supermultiplicador e z a taxa de crescimento dos gastos autônomos. No modelo é estabelecido ainda que tanto a propensão marginal a consumir c como o coeficiente de absorção μ são tidos como parâmetros, o que faz que g_{ss} seja função apenas da taxa de investimento h . Como essas variáveis

⁴ Posteriormente, relaxaremos essa hipótese no modelo, mas em nada é alterado a lógica por detrás do modelo.

são induzidas pela renda, ou seja, são variáveis dependentes ao modelo, temos que a variável determinante para a taxa de crescimento y será a taxa de crescimento dos gastos autônomos z .

Podemos observar ainda que o modelo não faz distinção sobre qual seria o gasto autônomo responsável por liderar o crescimento, apenas enfatiza esse tipo de gasto como determinante para a trajetória de crescimento do produto da economia. Dessa forma, é possível que o crescimento econômico seja liderado por qualquer componente autônomo.

Existem mais discussões acerca do modelo do supermultiplicador e de suas especificidades para uma trajetória de crescimento com um resultado bem-comportado. Porém, essas discussões são complexas e fogem ao escopo do presente trabalho.⁵ Dessa forma, nos concentraremos em apresentar apenas a sua aplicação a partir do exposto até aqui.

1.1 O modelo da contabilidade do crescimento

Exposta a concepção do supermultiplicador, apresentamos agora uma de suas possíveis extensões através do modelo de “Contabilidade do Crescimento”, que possibilita que sejam avaliados a participação de cada componente da demanda no crescimento econômico. Porém, para que fosse possível a sua aplicação para a economia brasileira no período ainda foram necessárias algumas adaptações, que na verdade refletem limitações das bases de dados disponíveis.

As adaptações foram referentes a separação entre os gastos com consumo e investimento autônomos e induzidos. Freitas e Dweck (2013), por exemplo, consideraram que o total do Consumo Privado e do Investimento Total, fornecido pelo IBGE, poderia ser decomposto em uma parte autônoma e uma induzida. Com relação ao primeiro, utilizaram uma *proxy* com o consumo de bens duráveis para definir a parte autônoma, pelo fato de que o consumo desses tipos de bens requer acesso a outras formas de poder de comprar para além da renda corrente. A parte induzida ficou sendo a diferença entre o total e o autônomo. Isso foi possibilitado pelo fato de que em 1970 foi lançado pelo IBGE a primeira “Matriz Insumo-Produto” para a economia brasileira, fato que permitiu que se chegasse aos dados de consumo de bens duráveis. Já com relação ao investimento privado, o caminho percorrido foi mais simples, a parte autônoma foi considerada como sendo composta pelo Investimento em Construção Residencial, dado que já é fornecido pelo órgão. A parte induzida ficou sendo a diferença entre o total e este.

Para a nossa análise, utilizaremos a mesma *proxy* que foi utilizada pelos autores para a separação do Investimento em sua parte autônoma e induzida. Porém, com relação ao consumo, os dados disponíveis nos impedem de estabelecer alguma fonte segura e confiável para uma *proxy* do Consumo Autônomo, isso se dá pela falta de dados referentes tanto ao consumo de bens duráveis

⁵ Para uma apresentação sobre as condições de estabilidade do modelo do supermultiplicador, ver Serrano e Freitas (2007).

como de acesso ao crédito para consumo. Diante desse cenário e após diversas tentativas pela busca desses dados, optamos por considerar todo o Consumo Privado como sendo induzido pela renda.

Mesmo sabendo que essa metodologia pode causar alguma subestimação do consumo autônomo total, essa foi a única maneira encontrada para a aplicação desse modelo para o período, em especial de 1951 até 1969. Na década de 1970, até seria possível utilizarmos a *proxy* definida pelos autores, porém, os anos em que são disponibilizadas as matrizes insumo-produto da época; 1970, 1975 e 1980; não coincidem com os subperíodos que estabelecemos ao longo do trabalho e, por isso, optamos pela continuidade do tratamento do Consumo Privado como sendo todo induzido.

Feitas essas ressalvas de nosso modelo, apresentaremos brevemente a ideia do modelo de “Contabilidade do Crescimento”. Entendendo que a variação do produto pode ser encontrada pela diferença entre o período final com o inicial, a fim de realizar a derivação do modelo, os autores inserem a diferenciação entre os dois períodos (0) e (1). Além disso, para que o modelo fique consistente com os dados do Sistema de Contas Nacionais fornecidos pelo IBGE, é inserido o componente da Variação de Estoque (E). Com esses elementos, chega-se à equação da contabilidade do crescimento como sendo dada por:

$$y = \alpha(1) \left[\frac{C(0)}{Y(0)} \right] gc + \alpha(1) \left[\frac{I(0)}{Y(0)} \right] gh + \alpha(1) \left[\frac{Z_C(0)}{Y(0)} \right] gZ_C + \alpha(1) \left[\frac{Z_I(0)}{Y(0)} \right] gZ_I + \alpha(1) \left[\frac{Z_G(0)}{Y(0)} \right] gZ_G + \alpha(1) \left[\frac{X(0)}{Y(0)} \right] gx + \frac{\alpha(1)}{\mu(1)} g\mu + \alpha(1) \left[\frac{\Delta E}{Y(0)} \right] \quad (9)$$

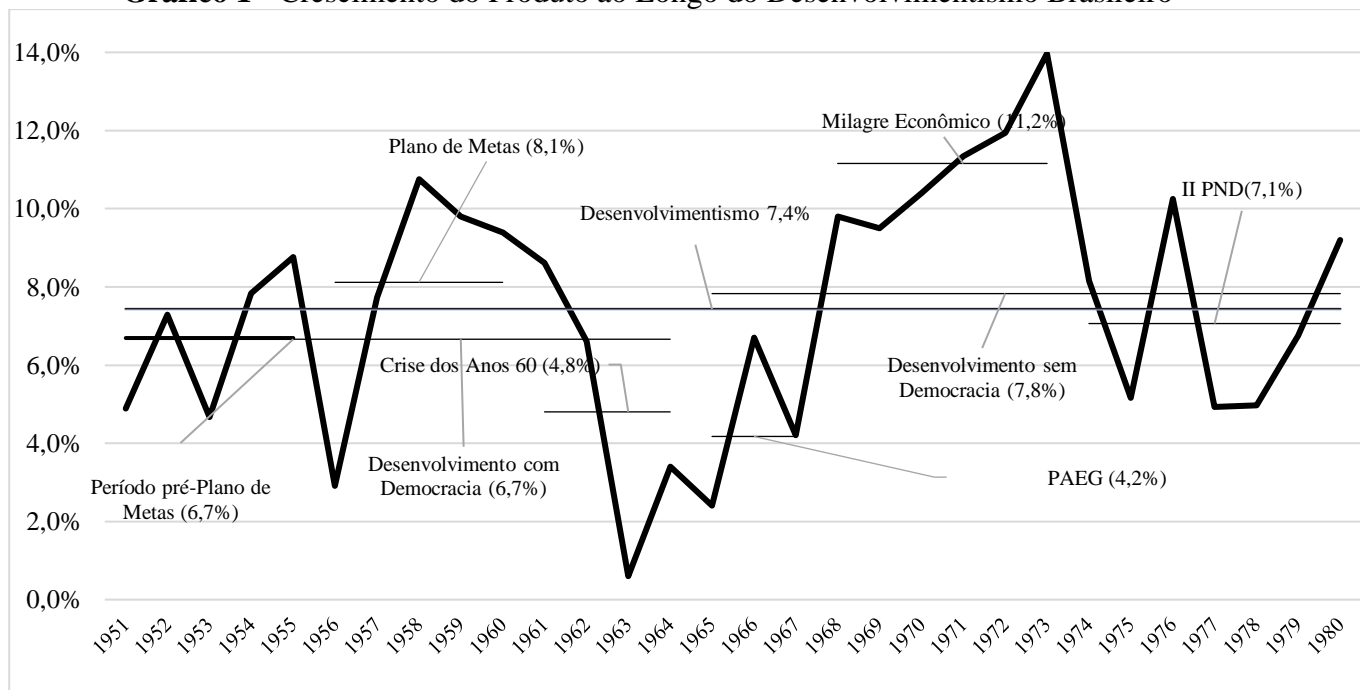
O primeiro e segundo termo referem-se, respectivamente, a contribuição da variação da propensão marginal a consumir e do investimento privado induzido à taxa de crescimento do produto da economia. Dessa forma, representam os impactos da variação do supermultiplicador. Já o terceiro, quarto, quinto e sexto termo da equação representam o efeito das fontes de gasto autônomo da economia (consumo autônomo, investimento autônomo, gasto do governo e exportações). O sétimo termo mede o efeito da absorção doméstica ao crescimento econômico, sendo que, quão maior for o crescimento da absorção doméstica, maior é o efeito sobre o crescimento. Por fim, o último componente mede o efeito da variação de estoques sobre o produto da economia.

Como veremos nos capítulos empíricos, os componentes serão divididos em alguns grupos a fim de facilitar o entendimento do leitor. O Setor Doméstico (SD) será composto por todos os gastos feitos internamente no país. Esse ainda será dividido em gastos do governo (G) e gastos privados (P). Já o Setor Externo (SE) será composto pelos gastos feitos externamente, exportações (X), e pelo Coeficiente de Absorção Doméstica (CAD), que é o coeficiente extraído a partir do peso das importações na demanda final. Além disso, a tabela será dividida ainda nos gastos que são considerados autônomos (Z) e aqueles que são induzidos e que, por isso, farão parte do supermultiplicador da economia (SM).

2. Breve descrição sobre o período de Desenvolvimentismo (1951-1980)

Para a análise aqui proposta, dividiremos o período que vai de 1951 a 1980, com base na orientação da política econômica adotada pelo Estado brasileiro, em alguns subperíodos, aos quais correspondem distintos desempenhos em termos de crescimento. Uma forma comum dentro da literatura de dividir o período é apresentada no Gráfico 1, que traz os diferentes períodos e suas respectivas taxas médias de crescimento.

Gráfico 1 - Crescimento do Produto ao Longo do Desenvolvimentismo Brasileiro



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de IBGE (1988).

Em linhas gerais, nota-se que, apesar da volatilidade, o período é marcado por um forte desempenho econômico em quase todos os momentos, registrando uma média de crescimento do PIB de 7,4% ao ano. Esse crescimento, além de estar acima da média mundial para o período, é um dos mais elevados dentre os países que também atravessaram um processo de industrialização na época (BIELCHOWSKY; SILVA; VERNENGO, 2013).

Em termos de crescimento, o grande destaque do período se deu durante o chamado “Milagre Econômico”, em que a economia registrou um crescimento médio de mais de 12,2% ao ano. O período do “Plano de Metas” também é um destaque com um crescimento anual médio de 8,1%. No geral, os demais períodos também apresentam um crescimento robusto. As únicas possíveis exceções são os períodos da “Crise dos anos 60” e do PAEG, que mesmo assim registraram média de crescimento acima de 4%, o que para padrões históricos mais longos pode ser considerada uma taxa elevada.

Ao longo dessa seção, buscaremos descrever os principais acontecimentos desses subperíodos. Não é nosso intuito exaurir todos os fatos ou debates sobre os diferentes momentos, mas

tão somente munir o leitor para as seções seguintes. Para tal, dividiremos a seção em duas partes, na primeira apresentaremos o período do “Desenvolvimentismo com Democracia” (1951-1964) e, posteriormente, o período de “Desenvolvimentismo sem Democracia” (1964-1980).

2.1 “Desenvolvimentismo com Democracia” (1951-1964)

Alguns motivos se destacam para adoção do recorte temporal a partir do ano de 1951. Em primeiro lugar, trata-se do que ficou consagrado na literatura, a partir do trabalho pioneiro de Lessa (1982), como o ano em que teria se iniciado o período de “industrialização intencional” da economia brasileira⁶. Destaca-se também o fato de que, durante a década de 1950, tem início uma ampliação na elaboração e unificação dos dados econômicos sobre a economia brasileira⁷.

Diante do exposto, gostaríamos de destacar que não é intuito do presente trabalho descaracterizar ou dar menos importância aos acontecimentos anteriores ao período, os quais tiveram suma importância para a formação do Estado nacional moderno, tanto em aspectos econômicos como políticos e sociais. O período anterior à década de 1950 certamente teve um impacto crucial nos acontecimentos que serão analisados ao longo desse trabalho, mas fogem ao escopo aqui proposto.

Já o fechamento do período de análise foi escolhido pelo fato de ser também o momento em que o regime institucional democrático é rompido no Brasil. O golpe militar, ocorrido no início de 1964, instaurou um novo regime político no país que, embora na condução econômica apresente algumas continuidades com relação a manutenção do desenvolvimentismo, possui modificações com relação aos objetivos e ações tomadas por parte do governo⁸. Dessa forma, os anos posteriores a 1964 serão tratados em separado na próxima seção, ainda que alguns dados referentes ao ano de 1964 sejam citados aqui

Esse período pode, assim como vimos, ser dividido em três partes distintas. Dessa forma, a análise empírica que faremos na próxima seção será dividida em três partes em que serão analisados, respectivamente, o período anterior ao Plano de Metas (1951-1955), o período do Plano de Metas (1956-1960) e o período posterior ao plano, marcado pela “Crise dos Anos 60” (1961-1964).

2.1 “Desenvolvimentismo sem Democracia” (1964-1980)

⁶ Antes de 1951, segundo Lessa (1982), as políticas de industrialização que eram colocadas em prática seriam induzidas por acontecimentos externos e não representariam uma atitude deliberada e intencional por parte dos governos. De fato, é a partir da década de 1950 que o debate em torno do desenvolvimento do país ganha força, mas anteriormente já era possível que se observasse uma intenção, ainda que inicial, de caminhar nesse sentido. Podemos apontar, por exemplo, as fundações da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941, e a Vale do Rio Doce, em 1942. Essas criações representam uma ambição, que ocorre de maneira intencional por parte do governo, de promover a industrialização do país, antes do período que é defendido por Lessa.

⁷ Apesar de o IBGE ter sido fundado em 1934, ele não apresentava condições técnicas e por isso não realizava a elaboração de dados mais concretos para o país. Por exemplo, é somente a partir de 1947 que foi consolidado um Sistema de Contas Nacionais no país, a cargo da Fundação Getúlio Vargas.

⁸ Como chamam atenção Bielchowsky e Mussi (2005), afirmar que o desenvolvimentismo tenha permanecido como estratégia de governo não quer dizer necessariamente que todos os integrantes de sua equipe tinham essa posição ideológica, mas sim que as atitudes colocadas em prática continuaram a seguir em caminhos próximos.

Apesar da mudança do regime institucional ocorrida com o Golpe Militar de abril de 1964, a ideologia desenvolvimentista seguiu presente e norteadora no país pelo menos até a década de 1980, em que passou a sofrer uma decadência. Os governos daquela época deram continuidade na adoção de políticas que tinham por objetivo industrializar o país (BIELCHOWSKY e MUSSI, 2013).

O golpe militar de 1964 e os acontecimentos posteriores não devem ser entendidos como uma disputa sobre a industrialização ou não do Brasil, mas sim sobre a forma que tal processo deveria ser gerido. Dentre os principais questionamentos estavam a viabilidade de se retomar o crescimento e de que forma esse deveria ser conduzido dali em diante, sobretudo com relação às questões de estabilização e quais os agentes que deveriam conduzir tal processo (BIELCHOWSKY E MUSSI, 2005).

A figura do Estado continuou a ser central na condução econômica. O investimento aumentou ainda mais a sua participação e seguiu provocando a continuidade das mudanças estruturais no país. Como resultado desse processo, a produção industrial aumentou e passou a se orientar no sentido de intensificar os processos produtivos. Enfim, uma série de acontecimentos que conferem ao período o rótulo de “auge” da industrialização do país, que são expressos pelas taxas de crescimento ainda mais elevadas quando comparadas ao período anterior.

Apesar dessas continuidades, o novo governo modificou algumas bases institucionais do país e realizou reformas com o intuito de “modernizar” algumas estruturas econômicas no país e alterar algumas relações que haviam sido forjadas nos anos anteriores⁹. É importante se recordar que o regime ditatorial facilitou e muito a tomada de medidas por parte do governo, uma vez que havia forte perseguição e diminuição de espaço político de qualquer oposição presente no país.

Da mesma forma que o período anterior, a análise empírica será dividida em três subperíodos que apresentamos na introdução dessa seção: PAEG, que se estende de 1964 até 1967; Milagre Econômico, entre 1968 e 1973 e; II PND, de 1974 até 1980.

3. A decomposição do crescimento para o período do “Desenvolvimentismo com Democracia” (1951-1964)

Para apresentar o período e não perder as particularidades dos diferentes momentos da economia brasileira, dividiremos o período em três partes. A primeira parte apresentará o período anterior ao Plano de Metas, que se estende de 1951 até 1955. A segunda parte trata dos anos do Plano de Metas, entre 1956 e 1960. E, por fim, o momento posterior, que se inicia em 1961 e vai até o ano de 1964 com o golpe militar.

3.1 A “Contabilidade Do Crescimento” durante o período anterior ao Plano de Metas

⁹ Dentro desse bojo de alterações que foram feitas, houve tantas medidas necessárias e benéficas ao país, por exemplo a criação de um Banco Central, como também outras que apresentaram impactos sociais ruins, por exemplo, a política de congelamento salarial.

A partir da utilização do modelo da “Contabilidade do Crescimento” para os dados disponibilizados por IBGE (1988) podemos chegar à Tabela 1 que contempla a decomposição dos componentes de demanda da economia brasileira para os anos de 1951 até 1955.

Tabela 1 - Contabilidade do Crescimento para o período entre 1951 e 1955*

<i>Gastos</i>	<i>SD</i>		<i>SE</i>	<i>VE</i>	<i>Total</i>	<i>Z</i>	<i>SM</i>	<i>VE</i>
	<i>G</i>	<i>P</i>						
<i>C_P</i>		-1,67%			-1,67%		-1,67%	
<i>I_{EP}</i>		0,26%			0,26%		0,26%	
<i>I_R</i>		1,39%			1,39%	1,39%		
<i>C_G</i>	2,99%				2,99%	2,99%		
<i>I_G</i>	0,10%				0,10%	0,10%		
<i>I_{EE}</i>	0,34%				0,34%	0,34%		
<i>CAD</i>			0,87%		0,87%		0,87%	
<i>X</i>			0,55%		0,55%	0,55%		
<i>VE</i>				1,83%	1,83%			1,83%
Total	3,43%	-0,03%	1,42%	1,83%	6,64%	5,36%	-0,54%	1,83%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (1988). *Em que as variáveis de gastos representam as mesmas que as descritas pela equação X; SD e SE representam o setor doméstico e setor externo; G e P, respectivamente, a soma dos gastos públicos e privados; Z é o total de gastos autônomos; SM representa o supermultiplicador; e CAD representa o Coeficiente de Absorção Doméstica.

Podemos observar que o componente que mais contribuiu para o crescimento do produto foi o Consumo do Governo com em média quase 3p.p. ao ano. Esse resultado evidencia a importância da participação do Estado antes mesmo da execução dos projetos do Plano de Metas. Com relação a isso, pode se observar que os gastos com Investimentos tanto das Empresas Estatais como do próprio governo, que seriam marcantes no período seguinte, ainda não apresentam uma variação tão grande nesse período, tendo uma média de contribuição de, respectivamente, 0,34p.p. e 0,1p.p. Isso é explicado pelo fato de que parte dos instrumentos e empresas ainda estavam sendo criadas naqueles anos.¹⁰ Em resumo, o setor público contribuiu ao todo com em média 3,43% ao ano para o crescimento do produto, o que representa mais da metade da média de crescimento registrado no período, além disso, foi a parte do gasto autônomo – que é indutora do crescimento – que mais cresceu no período.

Com relação a contribuição do setor privado, é necessário que primeiro se separe entre os componentes que são autônomos e aqueles que são induzidos pela renda. A parte autônoma, segundo a nossa metodologia, é composta pelo Investimento Residencial que apresentou uma contribuição de 1,39p.p. no total do produto, ou seja, um pouco mais de um quinto de todo o crescimento. Já a parte induzida, representada pelos gastos com investimento e consumo, representaram conjuntamente uma contribuição média de -1,41% ao ano. Ou seja, o setor privado, como um todo, teve uma contribuição negativa para o crescimento naqueles anos.

¹⁰ Nas palavras de Lessa (1982), esses anos foram caracterizados como de preparação para a execução do projeto de desenvolvimentismo no país, iniciado a partir de 1956.

Por fim, o setor externo SE, que é composto pelo Coeficiente de Absorção Doméstica e pelas Exportações, teve uma contribuição conjunta média de 1,42% ao ano, ou pouco mais de 20% de todo o crescimento do produto no período.

Uma outra forma de visualizar as contribuições para o crescimento é através da divisão entre os gastos autônomos e o supermultiplicador. Nesse aspecto, temos que os gastos autônomos foram as que mais contribuíram para o crescimento do produto, em média 5,36p.p. ao ano. Isso quer dizer que mais de 81% do crescimento que ocorreu no período foi causado pelos gastos autônomos. Já contribuição do supermultiplicador, ou seja, dos efeitos multiplicadores e aceleradores, foi negativa durante o período, em média de -0,54p.p.. Isso significa dizer que a participação dos gastos induzidos na renda diminuiu durante o período, ou seja, que a propagação do gasto diminuiu entre o ano inicial e final. A conta é fechada com a variação de estoques que teria tido uma contribuição média de 1,83p.p. ao ano.

Em resumo, os dados trazidos ao longo dessa seção mostram como a participação pública foi fundamental na trajetória de crescimento do período, mesmo sem ter havido nenhum grande plano de desenvolvimento. Nessa linha, é evidenciado que coube aos gastos em consumo do governo serem os grandes indutores do crescimento. Um outro fato que foi comprovado é a importância que os gastos autônomos assumem na trajetória de crescimento da economia, visto que foram esses os maiores responsáveis pela trajetória de crescimento no período.

3.2 A “Contabilidade do Crescimento” durante o Plano de Metas

Seguindo para o período do Plano de Metas, temos a Tabela 2 que traz a contabilidade do crescimento para esses anos. Primeiro fato que podemos notar é que há uma elevação do crescimento com relação ao período passado, saltando para uma média de crescimento de 8,06% ao ano.

Tabela 2 - Contabilidade do Crescimento para o período entre 1956 e 1960*

<i>Gastos</i>	SD		SE	VE	T	Z	SM	VE
	<i>G</i>	<i>P</i>						
<i>C_P</i>		0,10%			0,10%		0,10%	
<i>I_{EP}</i>		-0,40%			-0,40%		-0,40%	
<i>I_R</i>		0,74%			0,74%	0,74%		
<i>C_G</i>	3,46%				3,46%	3,46%		
<i>I_G</i>	2,54%				2,54%	2,54%		
<i>I_{EE}</i>	1,17%				1,17%	1,17%		
<i>CAD</i>			0,43%		0,43%		0,43%	
<i>X</i>			-0,04%		-0,04%	-0,04%		
<i>VE</i>				0,04%	0,04%			0,04%
Total	7,18%	0,44%	0,40%	0,04%	8,06%	7,88%	0,14%	0,04%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (1988). *Em que as variáveis de gastos representam as mesmas que as descritas pela equação X; SD e SE representam o setor doméstico e setor externo; G e P, respectivamente, a soma dos gastos públicos e privados; Z é o total de gastos autônomos; SM representa o supermultiplicador; e CAD representa o Coeficiente de Absorção Doméstica.

O consumo do governo seguiu sendo o que mais contribuiu para o crescimento do período, com em média 3,46p.p. ao ano. A diferença é que agora, devido aos projetos colocados em ação com o Plano de Metas, os outros componentes estatais também passaram a apresentar uma contribuição mais significativa no período. O segundo componente que mais contribuiu para o crescimento foi o Investimento Público, com em média, 2,54p.p.. Em seguida, os Investimento das Empresas Estatais que passaram a contribuir com 1,17p.p. em média ao ano. Ou seja, os três componentes que mais contribuíram para o crescimento do produto advêm do setor público, juntos eles foram responsáveis por uma contribuição de 7,18p.p., o que representa quase 90% de todo o crescimento do período.

Os componentes privados continuaram a ter um crescimento bem mais abaixo, porém, ao contrário do período anterior, tiveram uma contribuição positiva para o produto final da economia que, em média, foi de 0,44p.p. ao ano. Isso representou menos de 5% do produto. Dentre esses componentes, o que teve a maior contribuição foi o componente autônomo do Investimento Residencial com 0,74p.p..

O setor externo teve uma contribuição próxima do período anterior e baixa se comparada aos demais gastos autônomos, sobretudo os do governo. As exportações somadas com o Coeficiente de Absorção Doméstica tiveram uma participação de 0,4p.p. no crescimento total do produto do produto, ou apenas pouco mais de 5% do registrado no período. Para fechar a metodologia, a Variação de Estoques teve uma contribuição ao crescimento de 0,04p.p.

Observando com relação ao tipo de gastos, vemos que os gastos autônomos elevam ainda mais a sua contribuição para o crescimento do produto tendo um impacto total de 7,88p.p., o que representa cerca de 97% de todo o crescimento que ocorreu no período. O restante é dividido entre o supermultiplicador e a variação de estoques, que juntos apresentam um impacto de apenas 0,18p.p. no crescimento do período.

Em resumo, os dados trazidos ao longo da seção comprovaram como o Estado foi fundamental no período, não só pela execução e coordenação dos projetos que envolveram o Plano de Metas, mas também para o próprio desempenho da economia no período, contribuindo com quase 90% do crescimento no período. É bastante importante o fato de o gasto em consumo público, mesmo não tendo apresentado a maior expansão, ter sido o grande indutor do crescimento no período. Isso ocorreu principalmente pelo seu tamanho com relação aos demais gastos. Um outro dado que chama a atenção é o desempenho bastante tímido do setor privado no crescimento total, o que destaca ainda mais a importância do gasto público nesse período.

Além disso, o resultado encontrado durante o período também está de acordo com a metodologia do supermultiplicador que enfatiza a importância dos gastos autônomos para a trajetória do crescimento econômico. Uma vez que esses gastos foram responsáveis por quase todo o crescimento do período.

3.3 A “Contabilidade do Crescimento” durante a “Crise dos Anos 60”

Finalmente, temos o terceiro subperíodo do capítulo que, como vimos, foi caracterizado por uma redução no ritmo de crescimento econômico. A Tabela 3 traz como esse crescimento pode ser decomposto entre os diferentes componentes da demanda a partir da metodologia da “Contabilidade do crescimento”. Podemos notar que a desaceleração econômica é evidenciada, havendo uma redução do crescimento econômico para 4,84%.

Tabela 3 - Contabilidade do Crescimento para o período entre 1961 e 1964*

Gastos	SD		SE	VE	T	GA	SM	VE
	G	P						
C_P		-0,98%			-0,98%		-0,98%	
I_{EP}		-0,62%			-0,62%		-0,62%	
I_R		0,24%			0,24%	0,24%		
C_G	1,51%				1,51%	1,51%		
I_G	0,73%				0,73%	0,73%		
I_{EE}	0,10%				0,10%	0,10%		
CAD			1,02%		1,02%		1,02%	
X			1,88%		1,88%	1,88%		
VE				0,96%	0,96%			0,96%
Total	2,35%	-1,36%	2,89%	0,96%	4,84%	4,47%	-0,59%	0,96%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (1988). *Em que as variáveis de gastos representam as mesmas que as descritas pela equação X; SD e SE representam o setor doméstico e setor externo; G e P, respectivamente, a soma dos gastos públicos e privados; Z é o total de gastos autônomos; SM representa o supermultiplicador; e CAD representa o Coeficiente de Absorção Doméstica.

No período, o Consumo do Governo novamente foi o componente que teve mais contribuição no produto final, em média, 1,51p.p. o que representou quase um terço de todo o crescimento do período. A diferença aqui é que os demais componentes do setor público não tiveram um crescimento tão robusto, o Investimento do Governo e o Investimento das Empresas Estatais, respectivamente, contribuíram 0,73p.p. e 0,10p.p. do produto. Apesar desse desempenho mais abaixo, o setor público continuou a contribuir com uma fatia considerável do crescimento econômico, cerca de 48% da média registrada durante o período.

O setor privado no geral teve uma contribuição negativa para o crescimento econômico, sobretudo pelo comportamento dos gastos induzidos com consumo e investimento, que tiveram uma contribuição negativa para o período. Como esses gastos são induzidos pela renda, temos que esse desempenho é uma consequência direta da desaceleração que estava ocorrendo com a economia. O Investimento Residencial, componente autônomo, foi o único a apresentar uma contribuição positiva, porém, de apenas 0,24p.p. o que representou menos de 5% do crescimento total.

Com o desempenho interno ficando abaixo do período anterior, o setor externo passou a ter uma participação maior no crescimento do produto, tanto de forma autônoma com as exportações, que tiveram uma média de 1,88p.p. ao ano no período, como com o coeficiente de absorção doméstica, que teve uma contribuição de 1,02p.p. Esses resultados fizeram com que o setor externo fosse o que mais impactasse positivamente o produto, sendo responsáveis por quase 60% de toda a variação no produto.

Observando através dos gastos autônomos, temos que eles continuam a ser os maiores responsáveis pelo crescimento econômico, tendo um impacto médio de 4,47p.p., o que representou mais de 92% da média de crescimento econômico do período. Isso mostra que, apesar de ter ocorrido uma queda na participação dos gastos autônomos internos, o gasto autônomo externo referido pelas exportações compensou essa queda e a contribuição autônoma seguiu sendo a grande indutora do crescimento da economia.

Em resumo, a seção está de acordo tanto com o desempenho da economia naqueles anos, em que houve uma retração dos gastos públicos e dos demais componentes internos, como do resultado esperado pelo modelo do supermultiplicador. Mesmo em um cenário de desaceleração econômica e ajustes recessivos, os gastos públicos continuaram a ser fundamentais para o crescimento no período. Além disso, o desempenho do setor externo pode ser uma indicação dos resultados das políticas que levaram a uma diminuição das importações, que pode ser observado através da queda do coeficiente de absorção doméstica da economia. Ainda com relação ao setor externo, o impacto positivo das exportações pode ser explicado muito mais pelos efeitos das desvalorizações realizadas na taxa de câmbio em aumentar os ganhos em cruzeiro do que pelo aumento da quantidade exportada pelo país.¹¹

3.4 Considerações sobre a utilização do modelo de Contabilidade do Crescimento para o período do “Desenvolvimentismo com Democracia”

Ao longo dessa seção, ao decompor os indutores do crescimento econômico do período, podemos comprovar e quantificar alguns pontos que a literatura sobre o período enfatiza. Uma das principais contribuições dessa metodologia foi a de que se tornou possível mostrar como o gasto em consumo público foi fundamental durante esse período, sendo o componente que mais apresentou impacto sobre o crescimento econômico. Tal contribuição é fundamental uma vez reforça a

¹¹ Essa suposição é feita com base na ideia de que o café era o principal item da pauta exportadora na época e o bem, como sabemos, possuía uma baixa elasticidade-preço da demanda. Dessa forma, é difícil supor que a desvalorização tenha conseguido expandir o quantum de produto exportado, mas certamente essa contribuiu para aumentar o valor das exportações.

importância do gasto público como motor do crescimento, independente se este é feito através da provisão de infraestrutura, investimento público ou através do consumo.

Além disso, o que foi exposto se encontrou de acordo com o proposto pela seção teórica que afirmava que o gasto autônomo era o principal responsável pelo crescimento econômico, não importando qual a sua fonte para a trajetória de crescimento. Observamos ainda que o impacto dos componentes privados, principalmente os induzidos, se deu em uma proporção bem menos elevada.

Podemos observar ainda que o setor externo não teve uma tendência muito clara em seu impacto sobre o crescimento, principalmente as exportações. Tal fato vai de encontro com o fato de que a expansão das exportações não terem sido incluídas como objetivos das políticas de desenvolvimento a época, restando apenas políticas pontuais de desvalorização cambial. Já o Coeficiente de Absorção doméstica apresentou em todos os períodos um impacto médio positivo, o que é uma evidência de algum grau de substituição de importação da economia brasileira entre 1951 e 1964.

4. A decomposição do crescimento para o período do “Desenvolvimentismo sem Democracia” (1964-1980)

Assim como a última seção, essa segue dividida em três partes de acordo com os subperíodos. No primeiro trataremos do período entre 1964 e 1967, e que é marcado pelas políticas que giraram em torno do PAEG. O segundo período é do Milagre Econômico, em que a economia apresentou um recorde histórico de crescimento. E, por fim, o período de 1974 até 1980, estruturado a partir dos projetos do II PND. Após isso, apresentaremos uma breve seção com comentários sobre as principais tendências no período.

4.1 A “Contabilidade do Crescimento” durante o PAEG

O primeiro período que será analisado se refere ao período que se estende entre 1964 e 1967. As políticas econômicas adotadas nesses anos foram norteadas a partir do PAEG. Para iniciarmos nossa análise, a Tabela 4 traz a decomposição do crescimento médio no período a partir do tipo de gasto que fora realizado. O primeiro fato que podemos notar é que o crescimento total do período é o mais baixo. Esse fato é uma consequência direta da tentativa de estabilização realizada em ao menos parte do período bem como uma herança da desaceleração ocorrida com a restrição externa herdada do período anterior.

Tabela 4 - Contabilidade do Crescimento para o período do PAEG

<i>Gastos</i>	SD		SE	VE	T	Z	SM	VE
	G	P						
<i>C_P</i>		2,08%			2,08%		2,08%	
<i>I_{EP}</i>		-0,64%			-0,64%		-0,64%	
<i>I_R</i>		0,31%			0,31%	0,31%		
<i>C_G</i>	1,18%				1,18%	1,18%		
<i>I_G</i>	0,51%				0,51%	0,51%		
<i>I_{EE}</i>	0,41%				0,41%	0,41%		
<i>CAD</i>			3,32%		3,32%		3,32%	
<i>X</i>			-1,76%		-1,76%	-1,76%		
<i>VE</i>				-0,82%	-0,82%			-0,82%
Total	2,11%	1,75%	1,56%	-0,82%	4,60%	0,66%	4,76%	-0,82%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (1988). *Em que as variáveis de gastos representam as mesmas que as descritas pela equação X; SD e SE representam o setor doméstico e setor externo; G e P, respectivamente, a soma dos gastos públicos e privados; Z é o total de gastos autônomos; SM representa o supermultiplicador; e CAD representa o Coeficiente de Absorção Doméstica.

Mesmo com os ajustes fiscais que foram tentados ao longo do período, os gastos do setor público continuaram a ser os maiores responsáveis pelo crescimento do produto. Quando somados, o impacto total foi de 2,11p.p., o que indica que 45% do crescimento do produto no período pode ser explicado por essas variáveis, investimentos e gastos de consumo. Mas apesar disso, os impactos do setor público são os menores para o período de 1964 até 1980, como veremos, tanto no Milagre Econômico como no II PND os gastos passam a ser mais determinantes para o crescimento.

Os gastos privados tiveram um impacto médio de 1,75p.p., o que representou cerca de 38% do crescimento no período. Dentre eles, o Consumo Privado, variável induzida, foi a que mais apresentou impacto, em média, mais de 2% ao ano. Já o setor externo teve um crescimento um pouco abaixo que este, porém, o a variação do coeficiente de absorção doméstica foi a variável que mais contribuiu para o crescimento do período, com um impacto de 3,32% na economia. Já as exportações tiveram um impacto médio negativo de 1,76%.

Se observamos pelo tipo de gasto, temos um resultado diferentes com relação aos demais períodos. Mesmo que os gastos públicos tenham continuado a puxar o crescimento, o somatório dos componentes de gastos autônomos teve um impacto menor que que o do supermultiplicador. Esse resultado aconteceu principalmente pelo alto impacto do coeficiente de absorção doméstica e pelo mau desempenho das exportações. Esse resultado não deve ser entendido como uma prova de que os gastos autônomos deixaram de ter participação no período, mas sim que a variação através dos efeitos multiplicadores e de absorção doméstica foi mais elevada. O que ocorreu foi que, durante esse período, houve uma elevação da participação dos gastos induzidos na renda e da absorção doméstica da demanda.

Mas vale lembrar que esses componentes são caracteristicamente induzidos pela renda, que a longo prazo não são capazes de sustentar a trajetória de crescimento da economia. Além disso, um outro fator que pode explicar esse desempenho é o tratamento que demos ao consumo privado no período, considerando que este foi inteiramente induzido. Certamente, esse é um motivo concreto para o subdimensionamento dos gastos autônomos no período.

Um outro motivo que explica o coeficiente de absorção ser elevado é o crescimento da economia em um patamar mais baixo que os demais anos. Como as importações são induzidas pelo nível de renda, o período certamente teve uma redução do componente, o que explica a expansão da absorção doméstica. Além disso, soma-se a situação de forte restrição externa que o país estava enfrentando à época.

Em resumo, os dados para o período mostram que o setor público continuou a ter forte impacto no crescimento. O grande destaque que diferencia esse momento dos demais é grande impacto do supermultiplicador no crescimento econômico, superando os gastos autônomos no crescimento.

4.2 A “Contabilidade do Crescimento” durante o “Milagre Econômico”

Como vimos, o ano de 1967 marcou uma retomada gradual dos gastos e do crescimento da economia. Porém, foi a partir de 1968 que de fato pode ser observada a volta do crescimento econômico como um objetivo concreto e norteador para o governo brasileiro.¹² A desagregação do impacto dos componentes da demanda no crescimento durante o período é trazido pela Tabela 5. O impacto total médio dos componentes possui um valor bastante próximo ao que foi registrado pela economia durante o Milagre Econômico.

Tabela 5 - Contabilidade do Crescimento para o período do Milagre Econômico

<i>Gastos</i>	SD		SE	VE	T	Z	SM	VE
	G	P						
<i>C_P</i>		-1,82%			-1,82%		-1,82%	
<i>I_{EP}</i>		2,74%			2,74%		2,74%	
<i>I_R</i>		1,48%			1,48%	1,48%		
<i>C_G</i>	3,22%				3,22%	3,22%		
<i>I_G</i>	1,03%				1,03%	1,03%		
<i>I_{EE}</i>	0,92%				0,92%	0,92%		
<i>CAD</i>			-2,14%		-2,14%		-2,14%	
<i>X</i>			3,76%		3,76%	3,76%		
<i>VE</i>				1,42%	1,42%			1,42%
Total	5,16%	2,39%	1,62%	1,42%	10,59%	10,40%	-1,23%	1,42%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (1988). *Em que as variáveis de gastos representam as mesmas que as descritas pela equação X; SD e SE representam o setor doméstico e setor externo; G e P, respectivamente, a soma

¹² A apresentação do Programa de Estratégia ao Desenvolvimento no final de 1967 e que estabelecia as metas para a partir do ano seguinte é uma parte fundamental nesse processo.

dos gastos públicos e privados; Z é o total de gastos autônomos; SM representa o supermultiplicador; e CAD representa o Coeficiente de Absorção Doméstica.

Apesar de o setor público não ter deixado de ter sido fundamental no período anterior, podemos observar que é no período do Milagre Econômico que ele de fato volta a registrar um impacto mais robusto sobre a economia. A diferença aqui é que ele é acompanhado por um impacto positivo também em outras variáveis autônomas. O componente do setor público que mais impactou no crescimento continuou a ser o consumo do governo com 3,22p.p. de impacto médio. Esse fato continua a evidenciar que a importância do consumo do governo no desempenho econômico vai muito além da sua execução de projetos de investimentos ou gastos anticíclicos.

Os gastos privados também apresentaram um impacto alto no produto da economia, principalmente puxado pelo Investimento Privado, que teve um impacto médio de 2,74p.p. no produto. Como esse gasto é caracteristicamente um gasto induzido pela renda, podemos entendê-lo como uma resposta ao comportamento do produto e, conseqüentemente, do crescimento dos gastos autônomos no período.

Com relação aos gastos do setor externo, houve um impacto positivo das exportações de 3,76p.p. ao ano e um impacto negativo do Coeficiente de absorção de 2,14p.p. Esse resultado é uma consequência da forte expansão das importações no período, em parte necessárias para a própria continuidade do desenvolvimento industrial no período. Essa expansão fez com que fosse crescente a absorção interna de produtos importados, o que explica o impacto negativo. Já o resultado das exportações pode ser entendido como uma consequência das políticas de incentivo as exportações que foram adotadas durante o período.

Partindo para a análise a partir da divisão entre gastos autônomos e o efeito do supermultiplicador, vemos que os primeiros voltam a liderar o crescimento econômico do período. O impacto desse componente representou mais de 95% de todo o crescimento que foi registrado naqueles anos. Já o supermultiplicador teve um impacto negativo mesmo com a expansão do investimento privado, isso se explica em grande parte pela redução da participação desses gastos no produto.

Como resumo, temos que os dados trazidos ao longo dessa seção mostraram como os gastos autônomos foram fundamentais para o crescimento econômico no período, sendo os componentes que mais impactaram no produto final da economia. Dentre esses, o destaque foi o gasto público em consumo que foi responsável por quase metade do crescimento registrado no período, principalmente devido a expansão do consumo do governo.

Tais conclusões aqui obtidas vão na mesma linha das encontradas por Freitas e Dweck (2013), apresentando apenas diferenças devido a metodologia empregada e ao fato de que houve os períodos não coincidem exatamente. Mas o papel fundamental dos gastos autônomos e em especial do gasto público é também marcante nesses trabalhos.

4.3 A “Contabilidade do Crescimento” durante o II PND

Por fim, o último subperíodo do Desenvolvimentismo sem Democracia é iniciado e caracterizado pela execução das estratégias adotadas através do II PND. Como vimos, esse continua a ser um período em que o papel do Estado sobre a economia continua a ser fundamental, uma vez que é a partir dele que se organiza os projetos econômicos a serem seguidos. Para investigar um pouco mais a fundo o impacto de cada um dos componentes, temos a Tabela 6, que desagrega o crescimento econômico.

Tabela 6 - Contabilidade do Crescimento para o período do II PND

Gastos	SD		SE	VE	T	Z	SM	VE
	G	P						
Cp		-0,01%			-0,01%		-0,01%	
Ip		0,78%			0,78%		0,78%	
Ir		1,30%			1,30%	1,30%		
Cg	1,82%				1,82%	1,82%		
Ig	0,10%				0,10%	0,10%		
Iee	1,98%				1,98%	1,98%		
CAD			-1,33%		-1,33%		-1,33%	
X			2,25%		2,25%	2,25%		
VE				-0,35%	-0,35%			-0,35%
Total	3,90%	2,07%	0,92%	-0,35%	6,54%	7,45%	-0,56%	-0,35%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (1988). *Em que as variáveis de gastos representam as mesmas que as descritas pela equação X; SD e SE representam o setor doméstico e setor externo; G e P, respectivamente, a soma dos gastos públicos e privados; Z é o total de gastos autônomos; SM representa o supermultiplicador; e CAD representa o Coeficiente de Absorção Doméstica.

O setor público continuou a ser o componente que mais apresentou impacto sobre o crescimento, a diferença agora é que a ordem dos seus componentes sofreu uma alteração. Pela primeira vez em nossa análise, não foi o consumo do governo que liderou o crescimento econômico, mas sim o Investimento das Empresas Estatais. O resultado encontrado aqui se adequa aos acontecimentos da economia brasileira no período, em que o Estado através das duas múltiplas funções e instituições passou a gerir grandes investimentos que foram marcantes no período. Dessa forma, o componente do Investimento das Estatais apresentou um impacto médio de quase 2p.p., seguido de perto pelo consumo do governo com 1,82p.p. ao ano. Ao todo, o setor público gerou um impacto médio de 3,9p.p. no período, sendo de longe o componente que mais impactou o produto.

Do lado privado, os gastos que mais apresentam impacto foram os componentes autônomos, o Investimento Residencial apresentou um impacto médio de 1,3p.p. ao ano durante o período. Ele

foi acompanhado pelo Investimento das Empresas Privadas com uma contribuição média de 0,78p.p. Já o Consumo Privado apresentou um pequeno impacto negativo. O saldo foi que o setor privado como um todo teve um impacto de 2,07p.p. ao ano.

O setor externo ao todo teve uma contribuição de 0,92p.p. ao ano, que foi dividida por uma contribuição positiva das exportações e um impacto negativo do coeficiente de absorção, esses dois resultados são explicados pelo desempenho da economia no período. As exportações continuaram a receber incentivos por parte do governo como uma forma de geração de divisas. Já o coeficiente de absorção pode ser explicado pelo aumento das importações no período, sobretudo de bens de capital e intermediários, que se mostraram peças essenciais para a execução dos projetos no II PND.

Observando o resultado a partir da característica dos gastos, temos um resultado bastante interessante. A soma dos impactos dos componentes de gasto autônomo apresentou-se maior que a do crescimento da economia, com uma contribuição média total de 7,45p.p. ao ano no período. Isso quer dizer que o impacto do supermultiplicador foi negativo durante o período, puxado pelo coeficiente de absorção da economia que era consequência da expansão das importações necessárias aos projetos idealizados no Plano.

Como um resumo, temos que os resultados vão de acordo com uma visão bastante generalizada de interpretação do crescimento no período. O grande destaque é fato de os Investimentos das Empresas Estatais terem sido o componente interno que liderou o crescimento, superando pela primeira vez o Consumo do Governo. Outro fato que foi marcante do período é o impacto negativo do coeficiente de absorção, que é um resultado do aumento das importações. Observamos também que, pelo segundo período seguido, as exportações apresentam impacto positivo, o que indica que houve uma consolidação do componente no período.

4.4 Considerações Finais sobre a “Contabilidade do Crescimento” para o período do Desenvolvimentismo sem Democracia

Foi possível observar ao longo da seção como que o maior crescimento econômico esteve presente nos momentos em que houve maiores expansões dos gastos autônomos, sobretudo os gastos públicos. Até mesmo durante o PAEG, em que a economia apresentou um menor crescimento econômico, o setor público foi o componente que mais apresentou impacto sobre o produto. A partir de 1968, há a concretização dessa condição, com os gastos públicos sendo de longe o componente que mais impactar no produto. Uma única diferença é que no período do II PND deixa de ser o consumo público o componente com mais impacto e passa a ser o Investimento das Empresas

Estatais, evidenciando a amplitude dos projetos que foram colocadas em ação e da forte dependência com relação ao Estado para a sua execução.

Os gastos autônomos só não foram os que mais impactaram o produto diretamente no primeiro período, em que o supermultiplicador foi a parte que mais contribuiu para o crescimento. Como vimos ao longo da seção, existem explicações que podem explicar esse resultado, tanto que levam em consideração a metodologia empregada como do próprio desempenho da economia, em que houve simultaneamente um impacto negativo das exportações e um forte impacto positivo do coeficiente de absorção, que pode ser explicado pelo baixo crescimento econômico.

Além disso, observamos como o impacto do Coeficiente de Absorção esteve fortemente atrelado à variação do produto através de um link do setor externo. No momento em que a economia apresentou um crescimento mais baixo, houve conjuntamente uma maior absorção de produtos domésticos, o que aumentou o impacto desse componente.

Considerações finais

O exercício proposto ao longo do trabalho trouxe consigo resultados que já eram esperados a partir do referencial teórico trazido pelo modelo do supermultiplicador, ao mostrarem que os gastos autônomos são os maiores determinantes para a trajetória de crescimento da economia. Já os efeitos do supermultiplicador, por serem endógenos ao modelo, são fortemente determinados pelo desempenho do produto no período e também por outras variáveis importantes como aspectos distributivos e de abertura da economia. Além disso, coube evidenciar o fato de que os gastos públicos foram determinantes para a trajetória de crescimento na economia e não só para o seu papel de planejador e/ou executor de obras de infraestrutura.

Nesse aspecto o consumo do governo apresentou o maior impacto dentre os componentes em quase todos os períodos, sendo somente durante o II PND é que o Investimento das Empresas Estatais passou a ser mais elevado. Esse resultado é bem importante, uma vez que concretiza a importância do Estado não apenas para a realização de investimentos, mas para o próprio desempenho da economia, uma vez que o seu aumento provoca efeitos multiplicadores e aceleradores sobre os demais gastos.

Podemos observar ainda que as exportações apresentaram um comportamento bastante distinto entre os momentos de desenvolvimento da economia brasileira. Até, pelo menos, a modificação do regime político, o componente apresentava no geral um impacto baixo no produto final, o que se modifica com o decorrer do regime militar e a adoção de políticas específicas para esse fim. Ainda com relação ao setor externo, um resultado que não chega a ser surpreendente, mas que

evidencia a adequação do modelo utilizado é o comportamento do Coeficiente de Absorção Doméstica, que se mostra extremamente pró-cíclico, evidenciando a alta relação da renda interna com a demanda por produtos externos.

Consideramos que, a despeito de todas as dificuldades encontradas em estabelecer um elo entre o referencial teórico e o modelo com os dados disponíveis para o período, o trabalho cumpriu seu objetivo de analisar e apresentar uma visão a respeito dos determinantes do crescimento econômico no período do Desenvolvimentismo. A pesquisa sobre o assunto não se encerra nesse trabalho e ainda é possível e necessário que se avance no confronto dos resultados alcançados com a literatura econômica já estabelecida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. de P. **A Ordem do Progresso: Dois Séculos de Política Econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2014.

ARAÚJO, V. L. de A macroeconomia do governo Costa e Silva (1967-1969). In: ARAÚJO, V. L. de; MATTOS, F. A. M. de (orgs). **A economia brasileira de Getúlio a Dilma: Novas interpretações**. São Paulo: Hucitec, 2021.

ARAÚJO, V. L. de; MATTOS, F. A. M. de (orgs). **A economia brasileira de Getúlio a Dilma: Novas interpretações**. São Paulo: Hucitec, 2021.

BASTOS, C.P.; COSTA, P. V. O Período JK e o Plano de Metas. In: ARAÚJO, V. L. de; MATTOS, F. A. M. de (orgs). **A economia brasileira de Getúlio a Dilma: Novas interpretações**. São Paulo: Hucitec, 2021.

BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C. “Padrões de desenvolvimento na economia brasileira: a era desenvolvimentista (1950-1980) e depois”. In: BIELSCHOWSKY, R. (org) **“Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia”**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, v. 1, 2013.

BIELSCHOWSKY, R; MUSSI, C. O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005. **Seminário Brasil-Chile**, 2005.

BIELSCHOWSKY, R.; SILVA, C.; VERNENGO, M. Visão de conjunto. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.) **“Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia”**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, v. 1, 2013.

CARBINATO, D. de A. **O Papel das Exportações no Crescimento Econômico e na Restrição Externa: Uma Análise para a Economia Brasileira entre 1970 e 2006**. 2011. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CASTRO, A. B. de; SOUZA, F. E. P. **A Economia Brasileira em Marcha Forçada**. Rio de Janeiro: Paz e terra, v. 32, 1985.

FERREIRA, L. A política econômica do governo Geisel: do II PND ao endividamento externo. In: ARAÚJO, V. L. de; MATTOS, F. A. M. de (orgs). **A economia brasileira de Getúlio a Dilma: Novas interpretações**. São Paulo: Hucitec, 2021

FREITAS, F.; DWECK, E. “The Pattern of Economic Growth of the Brazilian Economy 1970-2005: A Demand-Led Growth Perspective”. In: LEVRERO, E. S.; PALUMBO, A.; STIRATI, A. (orgs) **“Sraffa and the Reconstruction of Economic Theory: Volume Two – Aggregate Demand, Policy Analysis and Growth”**. Palgrave Macmillan, London, p. 158-191, 2013.

GIAMBIAGI, F. et al (org.). **“Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010).”** Rio de Janeiro, Campus, 2011.

HERMANN, J. Reformas, Endividamento Externo e o "Milagre" Econômico. In: GIAMBIAGI, F. *et al.* **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

KALECKI, M. **“Teoria da dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista”**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 [1954].

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1985 [1936].

LARA RESENDE, A. Estabilização e Reforma, 1964-1967. In: ABREU, M. P. **A Ordem do Progresso: Dois séculos de política econômica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

LESSA, C. **Quinze Anos de Política Econômica no Brasil**. São Paulo, Editora Brasiliense, 3ª Edição, 1982.

MORAES, G. O II Governo Vargas: limites externos de um Estado nacional em construção. In: ARAÚJO, V. L. de; MATTOS, F. A. M. de (orgs). **A economia brasileira de Getúlio a Dilma: Novas interpretações**. São Paulo: Hucitec, 2021.

MOREIRA, V. G.; SERRANO, F. Demanda efetiva no longo prazo e no processo de acumulação: o debate sraffiano a partir do projeto de Garegnani (1962). **Economia e Sociedade**, v. 27, p. 463-492, 2018.

ORESTEIN, L.; SOCHACZEWSKY, A. C. Democracia com Desenvolvimento, 1956-1961. In: ABREU, M. de P. **A Ordem do Progresso: Dois Séculos de Política Econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus. 2014.

PREBISCH, R. “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de problemas principais”. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos do pensamento na Cepal**. [S.1.]: Record, 2000 [1949].

SERRA, J. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra. In: Belluzzo L. G.; Coutinho, L. (orgs) **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**, vários autores, Editora Brasiliense, vol 1, 1982.

SERRANO, F.; Long period effective demand and the Sraffian Supermultiplier, **Contributions to Political Economy**, 14, 67-90, 1995.

SERRANO, F. “Acumulação e Gasto Improdutivo na Economia do Desenvolvimento”. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. (Orgs.). **Polarização Mundial e Crescimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

SERRANO, Franklin; FREITAS, F. El supermultiplicador sraffiano y el papel de la demanda efectiva en los modelos de crecimiento. **Circus Revista Argentina de Economía**, v. 1, p. 19-35, 2007.

SERRANO, F.; MEDEIROS, C. “O Desenvolvimento Econômico e a Retomada da Abordagem Clássica do Excedente”. **Revista de Economia Política**, vol. 24, No (94), p.238-256, abril-junho/2004.

TAVARES, M. da C.; SERRA, J. Além da estagnação. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**, p. 153-207, 1972.

TAVARES, M.C. Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil. In: TAVARES (org.) **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**, Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1972.

VIANNA, S. B.; VILLELA, A. O Pós-Guerra (1945-1955). In: GIAMBIAGI, F. et al (org.). **“Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010).”** Rio de Janeiro, Campus, 2011.